



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO X — N.º 2

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 4 DE JANEIRO DE 1956

CONGRESSO NACIONAL

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

Convocação feita em 21 de dezembro de 1954

Dia 5 de janeiro às 21 horas:

Veto (total) ao Projeto n.º 1.570 de 1952 na Câmara dos Deputados e n.º 189, de 1954, no Senado Federal, que cria, na Justiça do Trabalho, a 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento com sede em Belém, Estado do Pará, e dá outras providências.

Dia 6, às 14,30 horas:

Veto (parcial) ao Projeto n.º 1.667, de 1952, na Câmara dos Deputados e n.º 32, de 1954, no Senado, que altera a legislação sobre o imposto de renda.

Dia 7, às 21 horas:

Veto (total) ao Projeto n.º 668, de 1951, na Câmara dos Deputados, e n.º 109, de 1953, no Senado Federal, que dispõe sobre aproveitamento dos auxiliares de ensino e pessoal burocrático dos institutos federalizados de ensino superior.

Dia 10, às 14,30 horas:

Veto (total) ao Projeto n.º 28, de 1950, na Câmara dos Deputados, e n.º 52, de 1951, no Senado Federal, que cria novos órgãos da Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

Dia 11, às 21 horas:

Veto (total) ao Projeto n.º 2.609, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 259, de 1953, no Senado Federal, que modifica o art. 199 do Decreto-lei n.º 7.661, de 21 de junho de 1945, que dispõe sobre prescrição de crime falimentar.

Dia 12, às 14,30 horas:

Veto (total), ao Projeto n.º 1.146, de 1949, na Câmara dos Deputados e n.º 43, de 1954, no Senado Federal, que reajusta a aposentadoria e pensão dos bancários.

Dia 13, às 21 horas:

Veto (parcial), ao Projeto n.º 1.519, de 1951, na Câmara dos Deputados e n.º 54, de 1954 no Senado Federal, que regula a inatividade dos Militares.

Dia 14, às 14,30 horas:

Veto (parcial) ao Projeto n.º 1.069, de 1950, na Câmara dos Deputados, e n.º 19, de 1951, no Senado Federal, que reorganiza as Secretarias do Ministério Público Federal, cria a respectivo quadro do pessoal, reajusta seus servidores cargos e vencimentos, e dá outras providências.

Convocação feita em 23 de dezembro de 1954

Dia 18, às 14,30 horas

Veto (total) ao Projeto de Lei (n.º 2.825, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 337, de 1953, no Senado Federal, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, assegura-promoção, ao serem aposentados, aos funcionários civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas durante a última guerra, e dá outras providências.

Convocação feita em 27 de dezembro de 1954

No dia 19 de Janeiro, às 21 horas:

Veto (total) ao Projeto n.º 905, de 1951, na Câmara dos Deputados e n.º 82, de 1953, no Senado Federal, que concede a pensão mensal, vitalícia, de Cr\$ 3.500,00, ao Sr. Luís Alves dos Santos.

No dia 20 de Janeiro, às 14,30 horas:

Veto (total) ao Projeto (n.º 4.218, de 1954, na Câmara dos Deputados e número 220, de 1954, no Senado Federal), que autoriza o Poder Executivo

a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00); para ocorrer às despesas com a realização da Festa da Laranja

No dia 21 de Janeiro, às 21 horas:

Veto (total) ao Projeto (n.º 2.486, de 1952, na Câmara dos Deputados e n.º 96, de 1954, no Senado Federal), que cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Economistas e dá outras providências.

No dia 24 de Janeiro, às 14,30 horas:

Veto (total) ao Projeto (n.º 801, de 1951, na Câmara dos Deputados e número 140, de 1954, no Senado Federal), que cria, no Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, três funções gratificadas de secretário de Turma de Julgamento.

Convocação feita em 28 de dezembro de 1954

No dia 25 de Janeiro, às 21 horas:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 258, de 1951, na Câmara dos Deputados, e n.º 162, de 1953, no Senado Federal, que dispõe sobre o provimento de cargos da carreira de Detetive do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Departamento Federal de Segurança Pública.

No dia 26 de Janeiro, às 14,30 horas:

Veto (total) ao Projeto de Lei (n.º 1.978, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 320, de 1953, no Senado Federal), que dispõe sobre a carreira de Agente Fiscal de Imposto de Renda.

Comissão Mista designada para relatar o veto parcial oposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei (n.º 268, de 1951, na Câmara dos Deputados e 162, de 1953, no Senado Federal) que "dispõe sobre o provimento de cargos da Carreira de Detetive do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Departamento Federal de Segurança Pública"

1.ª REUNIÃO (DE INSTALAÇÃO) REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1954.

Aos 31 dias do mês de dezembro de 1954, às 16,00 horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Srs. Cícero de Vasconcelos, Sylvio Curvo, Kerginaldo Cavalcanti, Lopo Coelho, Gurgel do Amaral e Ary Pitombo, reúne-se esta Comissão Mista designada para relatar o veto parcial oposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei (n.º 268, de 1951, na Câmara dos Deputados e 162, de 1953, no Senado Federal) que "dispõe sobre o provimento de cargos da Carreira de Detetive do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — De-

partamento Federal de Segurança Pública".

De acordo com o art. 32 do Regimento Comum, assume a presidência o Sr. Cícero de Vasconcelos, que após declarar instalada a Comissão e a finalidade da reunião, procede a eleição do Presidente e Vice-Presidente.

Colhidos os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Cícero de Vasconcelos 5 votos
Kerginaldo Cavalcanti 1 voto

Para Vice-Presidente:

Gurgel do Amaral 5 votos
Lopo Coelho 1 voto

O Sr. Presidente eleito em seu nome e no do Vice-Presidente, depois de agradecer a confiança de seus Pais sufragando seus nomes para os postos a que vêm de ser eleitos, designa o Sr. Ary Pitombo para relatar o veto e o Oficial Legislativo do Senado Federal João Alfredo Ravasco de Andrade para Secretário da Comissão.

O Sr. Presidente convoca os Senhores Membros da Comissão para a segunda reunião que será realizada na próxima terça-feira, 4 de janeiro de 1955, às 16,00 horas no Palácio Monroe, para leitura, discussão e votação do relatório do Sr. Relator.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a reunião, lavrando eu, João Alfredo Ravasco de Andrade, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, é assinada pelo Sr. Presidente

Comissão Mista designada para relatar o veto oposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei (n.º 901, de 1951, na Câmara dos Deputados e 140, de 1954, no Senado Federal) que "cria no quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal três funções gratificadas de Secretário de Turma de Julgamento".

1.ª REUNIÃO (DE INSTALAÇÃO)
REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1954.

Aos 31 dias do mês de dezembro de 1954, às 15 horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Srs. Joaquim Pires, Neves da Rocha, Djair Brindeiro, Brochado da Rocha e Alberto Deodato, deixando de comparecer, com causa justificada, o Sr. Chagas Rodrigues, reúne-se esta Comissão Mista designada para relatar o veto oposto pelo Sr. Presidente da República ao projeto de lei (n.º 901, de 1951, na Câmara dos Deputados e 140, de 1954 no Senado Federal) que "cria no quadro permanente da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, três funções gratificadas de secretário de Turma de Julgamento".

De acordo com o art. 32 do Regimento Comum, assumo a presidência o Sr. Joaquim Pires, que após declarar instalada a Comissão e a finalidade da reunião, procede a eleição de presidente e Vice-Presidente.

Colhidos os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Joaquim Pires 4 votos
Brochado da Rocha 1 voto

Para Vice-Presidente:

Djair Brindeiro 4 votos
Alberto Deodato 1 voto

O Sr. Presidente eleito em seu nome e no do Vice-Presidente, depois de agradecer a confiança de seus Pares, sufragando seus nomes para os postos a que vem de ser eleitos, designa o Sr. Neves da Rocha para relatar o veto e o Oficial Legislativo do Senado Federal, João Alfredo Ravasco de Andrade para Secretário da Comissão.

O Sr. Presidente convoca os Senhores Membros da Comissão para a segunda reunião que será realizada na próxima terça-feira, 4 de janeiro de 1955, às 15,30 horas, no Palácio Monroe, para discussão e votação do relatório do Sr. Relator.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a reunião, lavrando eu, João Alfredo Ravasco de Andrade, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMÄCHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 196,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 30,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 106,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissão Mista designada para relatar o veto oposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei (n.º 905, de 1951 na Câmara dos Deputados e 92, de 1953 no Senado Federal) que "concede pensão mensal, vitalícia, de Cr\$ 3.500,00, ao Professor Luiz Alves dos Santos".

1.ª REUNIÃO DE INSTALAÇÃO
REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 1954

Aos 30 dias do mês de dezembro de 1954, às 15 horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Joaquim Pires, Anísio Jobim, Domingos Vellasco, Vasco Filho e Joel Presídio, deixando de comparecer, com causa justificada o Sr. Nestor Jost, reúne-se esta Comissão Mista, designada para relatar o veto oposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei (números 905, de 1951, na Câmara dos Deputados e 92, de 1953 no Senado

Federal) que "concede pensão vitalícia, de Cr\$ 3.500,00, ao Professor Luiz Alves dos Santos".

De acordo com o art. 32 do Regimento Comum, assumo a presidência o Sr. Joaquim Pires, que após declarar instalada a Comissão e a finalidade da reunião, procede a eleição de Presidente e Vice-Presidente.

Colhidos os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:
Joaquim Pires 4 votos
Joel Presídio 1 voto

Para Vice-Presidente:
Domingos Vellasco 4 votos
Anísio Jobim 1 voto.

O Sr. Presidente eleito em seu nome e no do Vice-Presidente, depois de agradecer a confiança de seus Pares sufragando seus nomes para os postos a que vêm de ser eleitos, designa o Sr. Joel Presídio para relatar o veto e o Oficial Legislativo do Senado Federal, João Alfredo Ravasco de Andrade para Secretário da Comissão.

O Sr. Presidente convoca os Senhores Membros da Comissão para a segunda reunião que será realizada na próxima terça-feira, 4 de janeiro de 1955, às 15 horas, no Palácio Mon-

rôe, para leitura, discussão e aprovação do relatório do Sr. Relator. Nada mais havendo a tratar, levanta-se a reunião, lavrando eu, João Alfredo Ravasco de Andrade, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão Mista designada para relatar o veto oposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei (ns. 1.978, de 1952 na Câmara dos Deputados e n.º 320, de 1953 no Senado Federal) que "dispõe sobre a Carreira de Agente Fiscal de Imposto de Renda".

1.ª REUNIÃO (DE INSTALAÇÃO)
REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1954

Aos 31 dias do mês de dezembro de 1954, às 15,30 horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Luiz Tinoco, Othon Mader, Carvalho Guimarães, Tarso Dutra, Carlos Luz, deixando de comparecer, com causa justificada o Sr. Alde Sampaio, reúne-se esta Comissão Mista designada para relatar o veto oposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei (ns. 1.978, de 1952 na Câmara dos Deputados e n.º 320, de 1953 no Senado Federal) que "Dispõe sobre a Carreira de Agente Fiscal de Imposto de Renda".

De acordo com o art. 32 do Regimento Comum, assumo a presidência o Sr. Carvalho Guimarães, que após declarar instalada a Comissão e a finalidade da reunião, procede a eleição de Presidente e Vice-Presidente.

Colhidos os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:
Carvalho Guimarães 4 votos
Tarso Dutra 1 voto

Para Vice-Presidente:
Luiz Tinoco 4 votos
Carlos Luz 1 voto

O Sr. Presidente eleito em seu nome e no do Vice-Presidente, depois de agradecer a confiança de seus Pares sufragando seus nomes para os postos a que vêm de ser eleitos, designa o Sr. Carlos Luz o veto e o Oficial Legislativo do Senado Federal, João Alfredo Ravasco de Andrade para Secretário da Comissão.

O Sr. Presidente convoca os Senhores Membros da Comissão para a segunda reunião que será realizada na próxima terça-feira, 4 de janeiro de 1955, às 15,30 horas, no Palácio Monroe, para leitura, discussão e aprovação do relatório do Sr. Relator.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a reunião, lavrando eu, João Alfredo Ravasco de Andrade, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

1. — Marcondes Filho — Presidente.
2. — Alfredo Neves — 1.º Secretário.
3. — Vespasiano Martins — 2.º Secretário.

4. — Carlos Lindenberg — 3.º Secretário.
5. — Ezechias da Rocha — 4.º Secretário.
6. — Prisco dos Santos — 1.º Suplente.
7. — Costa Pereira — 2.º Suplente.

Secretário: Luiz Nabuco, Diretor Geral da Secretaria.

Reuniões às quintas-feiras, às 10 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente.

Aleysto de Carvalho — Vice-Presidente.

Anísio Jobim.
Atílio Vivacqua.
Ferreira de Souza.
Flávio Guimarães.
Gomes de Oliveira.
Joaquim Pires.

Luiz Tinoco.

Nestor Massena.

Olavo Oliveira. (*)

(*) Substituído pelo Sr. Mozart Lago.

Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca.

Auxiliar — Marília Pinto Amado.

Reuniões — Quartas-feiras, às 9,30 horas.

Economia

- 1 - Pereira Pinto - *Presidente*.
- 2 - Euclides Vieira - *Vice-Presidente*.
- 3 - Sá Tinoco. (*)
- 4 - Júlio Leite.
- 5 - Costa Pereira.
- 6 - Plínio Pompeu.
- 7 - Gomes de Oliveira.

(*) Substituído pelo Senador Mes-
for Massena.

Secretário - Aroldo Moreira.
Reuniões às quintas-feiras.

Educação e Cultura

- 1 - Flávio Guimarães - *Presi-*
dente.
- 2 - Cícero de Vasconcelos - *Vice-*
Presidente.
- 3 - Arão Leão.
- 4 - Hamilton Nogueira.
- 5 - Levindo Coelho.
- 6 - Bernardes Filho.
- 7 - Euclides Vieira.

Secretário - João Alfredo Ravasco
de Andrade.

Auxiliar - Carmen Lúcia de Ho-
landa Cavalcanti.

Reuniões - As quintas-feiras, às
15 horas.

Finanças

- Ivo d'Aquino - *Presidente*.
Ismar de Góis - *Vice-Presidente*.

Alberto Pasqualini.
Alvaro Adolpho.
Apolônio Sales.
Flávio Guimarães.
César Vergueiro.
Domingos Velasco.
Durval Cruz.
Euclides Vieira.
Mathias Olympio.
Pinto Aleixo.
Plínio Pompeu.
Veloso Borges.
Vitorino Freire.
Walter Franco.

Secretário - Evandro Mendes Vi-
anna, Diretor de Orçamento.

Reuniões às quartas e sextas-feiras,
às 15 horas.

Legislação Social

- 1 - Gomes de Oliveira - *Presi-*
dente.
- 2 - Luis Tinoco - *Vice-Presi-*
dente.
- 3 - Hamilton Nogueira.
- 4 - Rui Carneiro.
- 5 - Othon Mäder.
- 6 - Kerginaldo Cavalcanti.
- 7 - Cícero de Vasconcelos.

Secretário - Pedro de Carvalho
Muller.

Auxiliar - Carmen Lúcia de Ho-
landa Cavalcanti.

Reuniões às segundas-feiras às
15 horas.

Redação

- 1 - Joaquim Pires - *Presidente*.
- 2 - Aloysio de Carvalho.
- 3 - Bandeira de Melo.
- 4 - Carvalho Guimarães.
- 5 - Costa Pereira.

Secretário - Cecília de Azevedo
Martins.

Auxiliar - Nithércia de Sá Leitão.

Reuniões às quartas-feiras, às 15
horas.

Relações Exteriores

- 1 - Georgino Avelino - *Presi-*
dente.
- 2 - Hamilton Nogueira - *Vice-*
Presidente.
- 3 - Novaes Filho.

- 4 - Bernardes Filho.
- 5 - Djair Brindeiro.
- 6 - Mathias Olympio.
- 7 - Assis Chateaubriand. (***)
- 8 - João Villasboas. (****)

(***) Substituído interinamente
pelo Senador Cícero de Vasconcelos.

(****) Substituído interinamente
pelo Senador Sílvio Curvo.

Secretário - J. B. Castejon Branco

Reuniões - Segundas-feiras, às ...
horas e 30 minutos.

Saúde Pública

- Levindo Coelho - *Presidente*.
Alfredo Simch - *Vice-Presidente*.
Prisco dos Santos.
Vivaldo Lima.
Secretário - Aurea de Barros Rêgo.
Reuniões às quintas-feiras, às 16
horas.

Segurança Nacional

- 1 - Pinto Aleixo - *Presidente*.
- 2 - Onofre Gomes - *Vice-Presi-*
dente.
- 3 - Magalhães Barata.
- 4 - Ismar de Góis.
- 5 - Sílvio Curvo.
- 6 - Walter Franco.
- 7 - Roberto Glasser.

Secretário - Ary Kerner Velga de
Castro.

Reuniões às segundas-feiras.

Serviço Público Civil

- 1 - Prisco dos Santos - *Presi-*
dente.
- 2 - Luis Tinoco - *Vice-Presi-*
dente.
- 3 - Nestor Massena.
- 4 - Vivaldo Lima.
- 5 - Djair Brindeiro.
- 6 - Mozart Lago.
- 7 - Júlio Leite.

Secretário - Julieta Ribeiro dos
Santos.

Reuniões às quartas-feiras, às 16
horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

- Euclides Vieira - *Presidente*.
Onofre Gomes - *Vice-Presidente*.
Alencastro Guimarães. (*)
Othon Mäder.
Antonio Bayma.

(*) Substituído pelo Sr. Neves da
Rocha.

Secretário - Francisco Soares Ar-
ruda.

Reuniões às quartas-feiras, às 16
horas.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o
Projeto de Reforma Constitu-
cional n.º 2, de 1949

- Aloysio de Carvalho - *Presidente*.
Dario Cardoso.
Francisco Gallotti.
Camilo Mercio.
Carlos Lindemberg.
Antonio Bayma.
Bernardes Filho.
Olavo Oliveira.
Domingos Velasco.
João Villasboas.

Para emitir parecer sobre o
Projeto de Reforma Consti-
tucional n.º 1, de 1954

- 1 - Dario Cardoso - *Presidente*
- 2 - Aloysio de Carvalho - *Vice-*
Presidente.
- 3 - Anísio Jobim.
- 4 - Atílio Vivacqua.
- 5 - Camilo Mercio.
- 6 - Ferreira de Souza.
- 7 - Flávio Guimarães.
- 8 - Gomes de Oliveira.
- 9 - Joaquim Pires.
- 10 - Olavo Oliveira.
- 11 - Waldemar Pedrosa.
- 12 - Mozart Lago.
- 13 - Hamilton Nogueira.
- 14 - Guilherme Malaquias.
- 15 - Nestor Massena.
- 16 - Francisco Porto.

Secretário - Glória Fernandina
Quintela.

Auxiliar - Nathercia Sá Leitão.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

- 1 - Luis Tinoco - *Presidente*.
- 2 - Gomes de Oliveira - *Vice-*
Presidente e Relator Geral.
- 3 - Kerginaldo Cavalcanti.
- 4 - Othon Mäder.
- 5 - Rui Carneiro.

Secretário - Malina Cruz Alves.

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

- Francisco Gallotti - *Presidente*.
Mozart Lago - *Vice-Presidente*.
Júlio Leite.
Landulpho Alves.
Mário Motta.
Secretário - Lauro Portella.

De Reforma do Código de Processo Civil

- João Villasboas - *Presidente*.
Atílio Vivacqua - *Vice-Presidente*.
Dario Cardoso - *Relator*.
Secretário - José da Silva Lisboa.
Auxiliar - Carmen Lúcia de Ho-
landa Cavalcanti.

Reuniões às sextas-feiras, às 16
horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Bra- sileira

- Mozart Lago - *Presidente*.
Alvaro Adolpho - *Vice-Presidente*.
João Villasboas.
Gomes de Oliveira.
Atílio Vivacqua.
Domingos Velasco.
Vitorino Freire.
Secretário - Ninon Borges Leal.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

- 1 - Ismar de Góis - *Presidente*.
- 2 - Prisco dos Santos - *Vice-Presi-*
dente.
- 3 - Kerginaldo Cavalcanti - *Re-*
lator Geral.
- 4 - Vivaldo Lima.
- 5 - Novaes Filho.

Secretário - J. A. Ravasco de
Andrade.

De Revisão do Código Comercial

- 1 - Alexandre Marcondes Filho -
Presidente.
- 2 - Ferreira de Souza - *Relator*
Geral.
- 3 - Ivo d'Aquino.
- 4 - Atílio Vivacqua.
- 5 - Vitorino Freire.

Secretário - João Alfredo Ravasco
de Andrade.

Ata das Comissões

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

16.ª REUNIAO (CONVOCAÇÃO
EXTRAORDINARIA), REALIZADA
EM 28 DE DEZEMBRO DE 1954

Aos vinte e oito dias do mês de
dezembro de 1954, às 15 horas, reune-
se, na Sala das Comissões, sob a pre-
sidência do Sr. Senador Euclides
Vieira, a Comissão de Transportes,
Comunicações e Obras Públicas, es-
tando presentes todos os seus mem-
bros.

E' lida e aprovada, sem observações,
a ata da reunião anterior de encerra-
mento da 4.ª Sessão Legislativa ordi-
nária da 2.ª Legislatura.

O Sr. Presidente distribui, em se-
guida, ao Sr. Senador Othon Mäder
para relatar, o Projeto de Lei da Câ-
mara n.º 216, de 1954, que reajusta os
proventos dos tesoureiros e ajudantes
de tesoureiro inativos do Depart-
mento dos Correios e Telégrafos.

O Sr. Senador Neves da Rocha,
relator do Projeto de Lei da Câmara
n.º 218, de 1954, que dispõe sobre o
plano geral de aproveitamento eco-
nômico do Vale do São Francisco,
apresenta longo relatório sobre a ma-
téria, em que examina minudente-
mente os mais importantes problemas
técnicos referentes ao aproveitamento
racional do grande vale, estudando-os
dos pontos de vista do melhoramento
das condições de navegabilidade, do
aproveitamento e controle da água
para irrigação e da energia hidro-elé-
trica, além de apreciar outros aspectos
fundamentais, como o da açudagem, o
da ampliação do sistema regional de
transportes, o da melhoria do tráfego
fluvial, o da ampliação da rede de
comunicações, o do saneamento dos
núcleos urbanos e das zonas rurais, o
da proteção das localidades ribeirinhas
e do fomento da produção o do incre-
mento da imigração e colonização.
Diante do exame a que procedeu con-
clui o Sr. Relator seu parecer que o
Projeto, do ponto de vista técnico se
acha em condições de ser aprovado,
tendo a Comissão se manifestado fa-
vorável ao mesmo.

Prosseguindo, o Sr. Senador Othon
Mäder relata favoravelmente, com
uma emenda substitutiva, o Projeto
de Lei da Câmara n.º 239, de 1954,
que concede franquia postal e telegrá-
fica à correspondência da Comissão
Nacional do Brasil da União Geográ-
fica Industrial, e dá outras providên-
cias, aprovando a Comissão o parecer
do Sr. Relator

Nada mais havendo que tratar, en-
cerra-se a reunião, da qual, eu, Fran-
cisco Soares Arruda, Secretário, lavro
a presente ata que, uma vez aprovada,
será assinada pelo Sr. Presidente

Comissão de Economia

14.ª REUNIAO (CONVOCAÇÃO
EXTRAORDINARIA), EM 30 DE
DEZEMBRO DE 1954

As 16 horas, numa das salas do
reunião, reúne-se esta Comissão, sob
a presidência do Sr. Senador Pereira

Pinto, Presidente, presentes os Srs. Senadores Gomes de Oliveira, Nestor Massena e Euclides Vieira, ausentes com causa justificada, os Srs. Senadores Costa Pereira, Júlio Leite e Plínio Pompeu.

O Sr. Senador Pereira Pinto faz a seguinte distribuição:

ao Sr. Senador Gomes de Oliveira, os Projetos de Lei números 84, de 1954 e 267, do mesmo ano, que concedem isenção de direitos de importação, consumo e taxas aduaneiras à Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, para importar uma "Caterpillar", bem como à Paróquia de S. Carlos, Estado de Santa Catarina, para importação de oito sinos e respectivos acessórios; e

— Projeto de Lei do Senado n.º 26, de 1953, que modifica o art. 352, do Decreto-Lei n.º 3.452, de 1 de maio de 1934 (Consolidação das Leis do Trabalho);

— ao Sr. Senador Euclides Vieira, os projetos de Lei do Senado números 35, de 1951 e 3, de 1954, respectivamente que estabelece disposições para a criação de sociedades destinadas ao financiamento de indústrias básicas e outras e que modifica o Decreto-Lei n.º 9.735, de 4 de setembro de 1946, que consolida a legislação relativa ao Instituto de Resseguros do Brasil e dá outras providências; e

— ao Sr. Senador Plínio Pompeu, o Projeto de Lei da Câmara n.º 178, de 1954, que extingue a Câmara de Reajustamento Econômico.

O Sr. Senador Nestor Massena, pronuncia, sem pareceres favoráveis aos seguintes Projetos de Lei da Câmara:

— n.º 257, de 1954, que autoriza o Tesouro Nacional a adquirir partes beneficiárias a Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco; e

— n.º 270, de 1954, que prorroga até 30 de junho de 1956, o regime de licença para o intercâmbio comercial com o exterior, nos termos estabelecidos na Lei n.º 2.145, de 29-12-53.

O Sr. Presidente submete à discussão e votação os pareceres mencionados, que são unanimemente aprovados.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Aroldo Moreira, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

11.ª SESSÃO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 4 DE JANEIRO DE 1955

Oradores inscritos para o Expediente

- 1.º — Senador Atílio Vivasqua.
- 2.º — Senador Djair Brindeiro.

ATA DA 10.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 2.ª LEGISLATURA, EM 3 DE JANEIRO DE 1954

PRESIDÊNCIA DO SR. ALFREDO NEVES

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS COM-PARECEM OS SENHORES SENADORES-

Vivaldo Lima. — Anísio Jobim. — Carvalho Guimarães. — Eustáquio Freire. — Mathias Olympio. — Joaquim Pires. — Onofre Gomes. — Plínio Pompeu. — Djair Brindeiro. — Ezequias da Rocha. — Cícero de Vasconcelos. — Ismar de Góes. — Neves da Rocha. — Aloysio de Carvalho. —

Pinto Aleixo. — Carlos Lindemberg. — Luiz Tinoco. — Atílio Vivasqua. — Alfredo Neves. — Pereira Pinto. — Guilherme Malaquias. — Hamilton Nogueira. — Nestor Massena. — Domingos Velasco. — Costa Pereira. — Gomes de Oliveira. — Ivo d'Aquino (27).

DEIXAM DE COMPREENDER OS SRS. SENADORES

Bandeira de Mello. — Prisco dos Santos. — Alvaro Adolpho. — Magalhães Barata. — Antonio Bayuni. — Arêa Leão. — Olavo Oliveira. — Kerginaldo Cavalcanti. — Georgino Avelino. — Ferreira de Souza. — Ray Carneiro. — Velloso Borges. — Assis Chateaubriand. — Apolônio Sales. — Novas Filho. — Julio Leite. — Durval Cruz. — Walter Franco. — Sá Tinoco. — Mazart Lago. — Bernardes Filho. — Levindo Coelho. — Cesar Vergueiro. — Marcondes Filho. — Dario Cardoso. — Silvio Curbo. — João Villasbôas. — Vespasiano Martins. — Othon Mader. — Flávio Guimarães. — Roberto Glasser. — Agripa de Faria. — Alberto Pasqualini. — Alfredo Simch. — Camilo Mercio (36).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 27 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 2.º SUPLENTE:

(Servindo de 2.º Secretário), procedeu à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. 3.º SECRETÁRIO:

(Servindo de 1.º) lê o seguinte:

Expediente

Veto n.º 1, de 1955

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Ex.ª, nos termos do § 3.º, e para os fins do § 4.º, do art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Projeto de Lei n.º 590, de 1954, da Câmara dos Vereadores, que me foi enviado em 21 de dezembro corrente, e ao qual neguei sanção, parcialmente, no artigo 5.º e seu parágrafo único, pelas razões que a seguir passo a expor:

2. A questão do abastecimento de água desta cidade, tão frequentemente relegada a plano secundário, foi encontrada pela atual administração da Prefeitura em situação de verdadeiro impasse. As obras iniciadas em 1952, já com sensível atraso, estiveram longamente paralizadas, e o seu prosseguimento exigia o emprego de recursos de que não dispunha a Prefeitura em sua eli de meios.

3. Havia, para resolver tal situação a Câmara dos Vereadores, votado, em 2 de dezembro de 1953, a Lei n.º 787, que, em seu art. 4.º assim se definiu:

"Art. 4.º Fica o Prefeito autorizado a realizar operações de créditos até Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) para construção de adutores e reservatórios, revisão da rede distribuidora, estações elevatórias e de recalque, emissários de esgotos e obras complementares do Departamento de Águas e Esgoto da Secretaria Geral de Viagem e Obras".

4. Tal diploma legal, de natureza autorizativa, não chegou a ser utilizado pela Administração anterior, e, em setembro deste ano, quando assumi a direção da Prefeitura, vinham as obras da construção da Adutora do Guandu se arrastando à míngua

de meios para o seu prosseguimento em ritmo normal.

5. Foi então que, em negociações com a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, e usando da referida autorização, se contratou com essa entidade um financiamento de Cr\$ 500.000.000,00, nos termos da escritura lavrada em 9 de dezembro de 1954, no Cartório de 15.º Ofício de Notas desta cidade. Em garantia do empréstimo, exigiu a Caixa Econômica, para atender a dispositivos de seu Regulamento, o caucionamento de Cr\$ 625.000.000,00 (seiscentos e vinte e cinco milhões) de apólices municipais, que deveriam ser emitidas pela Prefeitura.

6. Dependendo a emissão de apólices de autorização do Poder Legislativo, tornou-se necessário que o Poder Executivo solicitasse à Câmara dos Vereadores essa autorização, o que foi feito através da Mensagem n.º 35 de 7 de dezembro corrente (copia em anexo), e onde eram apenas tratadas as questões relativas a autorização de abertura de crédito e a emissão de apólices, a serem dadas e a garantia de empréstimos negociado com base na autorização contida na citada Lei 787, de 2 de dezembro de 1953.

7. Resolveu a Câmara dos Vereadores, estudando a matéria, aprovar o Projeto de Lei n.º 1.580, de 1954, onde incluiu o art. 5.º e seu parágrafo único, que assim dispõem:

"Art. 5.º O Poder Executivo promoverá a rescisão dos contratos de fornecimento de tubos fabricados com aço pretendido e abrirá nova concorrência objetivando o emprego de material estável, salvo se, em seu novo processo de construção, forem os referidos tubos considerados plenamente satisfatórios pelo Instituto Nacional de Tecnologia.

Parágrafo único. O Poder Executivo determinará a imediata paralisação da construção e entrega dos referidos tubos, sustando, inclusive, qualquer pagamento às companhias empreiteiras até o conhecimento do parecer definitivo do Instituto Nacional de Tecnologia, nos termos deste artigo".

8. Condena o referido artigo 5.º o emprego de tubo de concreto pretendido (ali designado impropriamente do "aço pretendido") para se, em seu novo processo de construção, forem os referidos tubos considerados plenamente satisfatórios pelo Instituto Nacional de Tecnologia.

9. As razões que levaram a Câmara dos Vereadores a descer a esses pormenores parecem ter sido os acidentes verificados na 2.ª linha adutora de Ribeirão das Lajes, em funcionamento, e onde também foram empregados tubos de concreto pretendido; alguns acidentes foram realmente verificados nessa linha, onde se manifestou o fenômeno conhecido como "stress-corrosion", e as causas da manifestação desse fenômeno foram amplamente investigadas por uma comissão abalizada de técnicos e pelo Instituto Nacional de Tecnologia.

10. Na atual adutora do Guandu, em construção, vêm sendo usadas todas as precauções para evitar a manifestação dos citados fenômenos, e os pareceres anexos ao presente são bem claros nesse sentido. Na realidade, os tubos ora empregados na adutora do Guandu profundamente dos utilizados na 2.ª adutora do Guandu diferem profundamente dos utilizados na 2.ª adutora de Ribeirão das Lajes: são de estrutura mais resistente e especialmente adaptados a evitar os fenômenos da "stress-corrosion". É preciso ser esclarecido que o concreto pretendido é uma técnica relativamente nova. De ampla aplicação no mundo inteiro, está sujeito, como é óbvio, a imperfeições que conduzirão ao aperfeiçoamento que todo novo processo exige.

11. Acima de tudo, é o concreto pretendido material altamente eco-

nômico em confronto com os usualmente empregados, e o seu uso só poderia ser afastado se a experiência e a técnica o aconsilhassem.

12. Nenhuma técnica e nenhum material se apresenta com isenção de riscos. Segurança absoluta não existe na engenharia e na técnica. A ninguém ocorreu substituir as velhas estradas de ferro e as linhas da moderna aviação, a pretexto dos acidentes que a cada passo se verificam. O risco é próprio do progresso e ronda cada nova experiência da humanidade.

13. Convinha agora indagar se poderia o Instituto Nacional de Tecnologia considerar plenamente satisfatórios os tubos que vêm sendo empregados. Consultada foi essa entidade, cujo pronunciamento o projeto de lei exigia. A sua resposta é a que, tenho a honra de submeter à elevada apreciação de V. Ex.ª, em anexo. Nela se vê u'a manifestação plenamente favorável ao prosseguimento da obra, tal qual vem sendo executada pela Prefeitura.

14. Embora aquele órgão técnico considere plenamente satisfatória a solução do prosseguimento da obra em execução, e nenhuma restrição tenha a fazer ao uso dos tubos que ali vêm sendo empregados, não teve como atender às estritas condições estabelecidas no anteprojeto de lei, onde a locução plenamente satisfatória, referente aos tubos, parece ter o sentido de uma garantia de funcionamento, ou seja o prejulgamento de um material que é posto a trabalhar nas mais diversas condições.

15. Conclui o citado órgão em seu parecer:

"O Instituto Nacional de Tecnologia considera plenamente satisfatória e tecnicamente justificada a solução, que consiste na continuação das obras com o tipo de tubos já escolhido, desde que sejam adotadas as medidas aqui apontadas, no campo em que o INT tem competência para opinar, e mais aquelas outras que os especialistas em abastecimento de água julguem necessárias."

16. Apesar de inteiramente favorável, não pôde o parecer do Instituto Nacional de Tecnologia atender, dados os limites de sua competência, de forma integral, ao espírito que parece ter presidido à condição imposta no dispositivo vetado.

17. Nessas condições, que atitude terá o Poder Executivo a adotar?

Determina, então, o dispositivo vetado: "O Poder Executivo promoverá a rescisão dos contratos de fornecimento de tubos fabricados com aço pretendido e abrirá nova concorrência objetivando o emprego de material estável."

18. Mas, o que se poderá entender por material estável? Essa qualificação, imprópria sem dúvida, parece referir-se a materiais não sujeitos à corrosão e ao deslaminar. Mas que materiais serão esses? O aço? O ferro fundido? Não, que esses, embora empregados em canalizações desde o século passado, nada têm de estáveis. Será o concreto armado comum? Também não, por certo, pois que nesses, como nos tubos de concreto pretendido, os fenômenos de corrosão comum e os de "stress-corrosion" poderão ocorrer, se precauções especiais não forem tomadas.

19. Do ponto de vista técnico, não tinha o Poder Executivo outra alternativa que a do veto aos dispositivos apontados, sob pena de protelar, sem razões fundadas, a solução do problema do abastecimento de água desta Capital que, relegado a plano de discussões teóricas, agravaria a insupportável situação atual, que já se afigura com aspectos de calamidade pública.

20. Finalmente, ciosos dos limites de minhas atribuições específicas, não poderia ainda silenciar em face da evidente usurpação de competência com que obrou a Câmara do Distrito

Federal, pretendendo ditar normas em matéria de execução de serviços.

21. A Lei Orgânica define em seu artigo 25, § 1.º, a competência específica do Prefeito, a quem incumbiu de:

III — dirigir, superintender e fiscalizar os serviços públicos municipais; e de

IV — promover e defender todos os interesses do Distrito Federal, de acordo com a respectiva legislação."

22. O dispositivo, a que alude o presente veto, determina não só a rescisão dos contratos de fornecimento dos tubos, mas, ainda, ordena a imediata paralisação da construção dos referidos tubos.

23. Não foram cogitados, evidentemente, os efeitos que decorrem dos contratos assinados, frutos de concorrência pública, e que somente se poderiam ver suspensos, sem a forma compensatória da indenização, por força do comando judicial. Consequências imprevisíveis poderiam advir para o erário do Distrito Federal, já tão sacrificado, fôssemos dar cumprimento, praticando ato de natureza unilateral, à rescisão ordenada pelo autógrafo, com evidente ofensa dos direitos titulados pelo fabricante, além do adiamento, por prazo imprevisível, do prosseguimento das obras.

24. Não podemos, destarte, aceitar, de plano, uma determinação sobre matéria de exclusiva competência do Executivo, o qual decidirá sobre a conveniência de resolver este, ou do modo que lhe pareça melhor, aos interesses do Distrito Federal.

25. Usamos do direito de veto, que sobre possibilitar rebatê a manifestações inconstitucionais ou inconvenientes ainda enseja proteção ao Executivo contra as invasões da sua competência e contra determinações fáceis ou viciosas emanadas do Legislativo.

26. Competência, em matéria de administração, correlaciona-se com os Poderes do Estado. Por competência, entende-se a faculdade atribuída ao Estado, por seus Poderes, de ordenar e proceder, em nome da coletividade, dentro de determinados campos de ação. Essa faculdade é restrita ao objeto da atividade pertinente a cada um desses Poderes, distribuída explicitamente entre eles, por mais das vezes em caráter de exclusividade.

27. De tal sorte, se a faculdade de ordenar e agir se exerce fora dos limites desse objeto, ou se os Poderes fogem, ao exerce-la, a essa discriminação, estarão operando em domínio que não lhes compete.

28. Ora, Poder que age fora de sua competência pratica arbítrio, e o arbítrio, em tal hipótese, fere o princípio da legalidade.

29. Sendo de nossa expressa competência o dirigir os serviços públicos municipais e, por via de consequência, promover o que melhor convenha aos interesses do Distrito Federal, usamos do poder de veto, pela ilegalidade, se não mesmo pela inconstitucionalidade, que representa esta evidente usurpação.

30. Por esses motivos é que fui forçado a vetar parcialmente o citado Projeto-de-lei, convertido na Lei 810, publicada no "Diário Oficial" de hoje, sancionando, dessa forma, os demais dispositivos, que possibilitarão a esta Municipalidade a abertura do crédito de que se trata, e que de tão alta relevância é para o problema do abastecimento d'água do Distrito Federal, ao qual se tem em vista atender.

31. Na expectativa do pronunciamento desse Egrégio Senado, venho-me da oportunidade para a satisfação de reiterar a V. Ex.ª, os meus protestos de elevada estima e consideração. — *Alm. Pedro* — Prefeito do Distrito Federal.

A Comissão de Constituição e Justiça.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Autoriza a abertura de crédito especial para os fins e na forma que menciona.

A Câmara dos Vereadores, resolve:

Art. 1.º Fica o Prefeito autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), com vigência por três exercícios, para construção de adutoras e reservatórios, revisão da rede distribuidora, estações elevatórias e de recalque, emissários de esgotos e obras complementares do Departamento de Águas e Esgotos da Secretaria Geral de Viação e Obras, bem como para atender ao pagamento de juros das operações de crédito referidas no art. 2.º desta Lei, nos anos de 1954 e 1955.

Art. 2.º O crédito especial de que trata o artigo anterior será compensado com os recursos das operações de crédito autorizadas pelo artigo 4.º da Lei 787, de 2 de dezembro de 1953, revogada pelo art. 4.º da Lei 791, de 28 de dezembro de 1953.

Parágrafo único Os orçamentos de 1954 e seguintes incluirão dotações próprias para atender ao serviço de juros e amortização das operações de crédito a que se refere este artigo.

Art. 3.º Fica o Prefeito autorizado a realizar uma emissão de apólices, ao portador, representadas por cautelas ou títulos definitivos, múltiplos ou não, do valor nominal de Cr\$ 1.000,30 (mil cruzeiros) cada uma, juros de 3% (três por cento) ao ano, pagáveis por semestres vencidos, o prazo de resgate de 15 anos, até o valor de Cr\$ 625.000.000,00 (seiscentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros), com garantia da arrecadação da taxa de água e esgoto.

Parágrafo único As apólices emitidas na forma deste artigo destinam-se exclusivamente a servir de garantia às operações de crédito referidas no artigo 2.º desta lei.

Art. 4.º Fica igualmente o Prefeito autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), com vigência por dois exercícios, para atender às despesas decorrentes da execução desta lei.

Parágrafo único O crédito especial autorizado neste artigo será compensado com cancelamento de igual importância na verba 536 — Código 3 543 do orçamento em vigor.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, de 1 de 1954. — (Ass.) — *Alm. Pedro*.

Ofícios:

— Da Câmara dos Deputados, sob n.º 1.918, encaminhando autógrafos do seguinte

Projeto de Lei da Câmara n.º 1, de 1955

(4.357-B-54, na Câmara)

Altera a lei n.º 1.632, de 30 de junho de 1952, que fixa o número de oficiais gerais do Exército.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É elevado para 7 (sete) o número de generais do Exército fixado pelo art. 1.º, letra a, da lei n.º 1.632, de 30 de junho de 1952.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Do nobre Senador Antonio Bayma a Mesa recebeu com a firma devidamente reconhecida o seguinte

OFÍCIO

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal.

Pelo presente solicito aceitar minha renúncia do mandato de Senador Federal pelo Maranhão.

Aproveito a oportunidade para agradecer a Vossa Excelência, Sr. Presidente aos meus Pares e aos Funcionários da Casa, a alta distinção com que, sempre, fui tratado.

Cordialmente, *Antônio Alexandre Bayma*.

Reconheço a firma Antonio Alexandre Bayma — Rio 3-1-1955. Em testemunho da verdade. (Ass.) Haroldo Williams, Escrevente autorizado.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Ferreira de Souza, primeiro orador inscrito. (Pausa).

Não se achando presente o nobre Senador Ferreira de Souza, dou a palavra ao nobre Senador Dario Cardoso, segundo orador inscrito.

O SR. DARIO CARDOSO:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tendo desistido da palavra o nobre Senador Dario Cardoso, tem a palavra o honrado Senador Carvalho Guimarães, terceiro orador inscrito.

O SR. CARVALHO GUIMARAES PRONUNCIA DISCURSO QUE SERA PUBLICADO DEPOIS.

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos.

O SR. JOAQUIM PIRES:

Pego a palavra Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Joaquim Pires.

O SR. JOAQUIM PIRES:

(Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, constrangido, venho à tribuna para comunicar um fato doloroso.

O Governo repatriaria todo brasileiro quando no estrangeiro se encontra em situação difícil. Por que não faz o mesmo com o nordestino que procura o sul cheio de esperanças e aqui se desilude?

Ontem, Sr. Presidente, um "pau de arara", um caminhaço com 64 nordestinos — grande número de crianças de dois, três e quatro anos, meninas de doze, quinze e dezesseis anos e homens válidos para o trabalho — sofreu acidente, vitimando diversas pessoas, mortas umas, internadas outras em hospitais de Minas Gerais e de São Paulo.

Repete-se o episódio quase todos os dias. O nobre Presidente da República, filho do nordeste, conhece esses fatos: Pois bem, a S. Ex.ª desejo dirigir um apelo para que repatrie esses pobres homens, que, entusiasmados com a terra de Canaan, vêm para o sul e aqui não encontram senão desilusões e tristezas. Que o Sr. Presidente da República os repatrie a exemplo do que faz com os estrangeiros quando não são bem sucedidos no Brasil. E de maior justiça que assim se proceda com os do próprio País, do que com os estrangeiros.

Espero que S. Ex.ª, como nordestino atenda a situação aflitiva em que se encontram milhares de conterrâneos

que vieram para o sul e não encontraram trabalho nem assistência de espécie alguma. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Não havendo mais quem peça a palavra, passo à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de apenas 27 Senhores Senadores. Não há número para votação.

Sem debates, ficam com a discussão única encerrada e a votação adiada por falta de número, as seguintes matérias.

Projeto de Lei da Câmara n.º 44, de 1953, que fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o exterior. Pareceres favoráveis: da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 888, de 1954; da Comissão de Finanças, sob o n.º 881, de 1954.

Projeto de Lei da Câmara n.º 351, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, da 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 117.320,00, para pagamento de gratificação de representação aos vogais das Juntas e Conciliação e Julgamento da Primeira Região. Parecer favorável, sob n.º 1.080 de 1954, da Comissão de Finanças.

Redação final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer número 1.121-A-54) do Projeto de Resolução n.º 53, de 1954, que altera os artigos 194, 195, 196 e 197 do Regulamento da Secretaria do Senado.

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte.

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 44, de 1953, que fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o exterior. Pareceres favoráveis: da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 888, de 1954; da Comissão de Finanças, sob n.º 889, de 1954.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 254, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, da 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 117.320,00, para pagamento de gratificação de representação aos vogais das Juntas e Conciliação e Julgamento da Primeira Região. Parecer favorável, sob número 1.080, de 1954, da Comissão de Finanças.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer número 1.121-A-54), do Projeto de Resolução n.º 53, de 1954, que altera os artigos 194, 195, 196 e 197 do Regulamento da Secretaria do Senado.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 386, de 1952, que dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do País e das outras providências. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 1.044, de 1954, favorável, com as emendas que oferece, sob ns. 1-C a 9-C; da Comissão de Segurança Nacional, sob número 1.045, de 1954, favorável ao projeto e às emendas da Comissão de Constituição e Justiça e oferecendo, as de ns. 10-C a 25-C.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 375, de 1953, que autoriza os concessionários e as administrações de portos a cobrarem juros de mora sobre dívidas provenientes de serviços prestados. Pareceres: da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob n.º 1.037, de

1954, favorável, com a emenda que oferece: da Comissão de Finanças, sob n.º 1.038, de 1954, favorável ao projeto e à emenda.

Encerra-se a Sessão às 15 horas e 30 minutos.

Resenha dos discursos pronunciados no mês de dezembro

ALFREDO NEVES

— Em 7 manifesta pesar pelo falecimento do Sr. Manoel João Gonçalves. (DCN — 8-12-54).

— Em 30 tece comentários em torno do objetivo do almoço íntimo oferecido pelo Sr. Presidente da República aos membros das duas Casas do Parlamento, a propósito dos repetidos refores que S. Ex.^a tem oposto a projetos desta Casa. (DCN — 31-12-54).

ALCIVSIO DE CARVALHO

— Em 7 faz indagação à Mesa a respeito do Requerimento que pede a não realização de sessão no dia 8 de dezembro. Na mesma sessão, faz declaração de voto sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 74-54 (reestruturação cargos de Tesoureiro, etc.). (DCN — 8-12-54).

ANÍSIO JOBIM

— Em 21, refere-se ao pedido de intervenção federal no Estado do Amazonas. (DCN — 22-12-54).

ANTÔNIO BAYMA

— Em 10 ocupa-se do aproveitamento do babaçu nos diversos ramos da indústria. (DCN — 11-12-54).

— Em 24 refere-se aos ensinamentos ministrados na Escola Superior de Guerra. (DCN — 25-12-54).

— Em 28 refere-se ao aproveitamento do babaçu nos diversos ramos da indústria. (DCN — 29-12-54).

APOLÔNIO SALES

— Em 1 encaminha a votação do Requerimento n.º 617-54, pedindo urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 158-54 (que extingue a Câmara de Reajustamento Econômico). (DCN — 2-12-54).

— Em 2 fala sobre as atividades da Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Na mesma sessão, encaminha a votação do Requerimento de urgência para o Projeto que extingue a Câmara de Reajustamento Econômico. E ainda nesta sessão, encaminha a votação do Requerimento de urgência para o Projeto que abre crédito para a reconstrução dos edifícios do Ginásio São José, em Nova Hamburgo, Rio Grande do Sul. (DCN — 3-12-54).

— Em 21 ocupa-se dos trabalhos do Congresso das Associações Rurais reunido em S. Paulo. (DCN — 23-12-54).

— Em 23 encaminha a votação do Requerimento que pede o reexame, pela Comissão de Justiça, do Projeto que dispõe sobre o salário mínimo dos médicos. (DCN — 23-12-54).

— Em 29 apóia reclamação expressa em telegrama das classes conservadoras de Pernambuco sobre a paralisação das obras de prolongamento da Estrada de Ferro Central daquele Estado. (DCN — 30-12-54).

— Em 31 faz um estudo das migrações no País. (DCN — 31-12-54).

ASSIS-CHATEAUBRIAND

— Em 15 fala sobre a produção nacional e seus problemas econômicos. (DCN).

ATTILIO VIVACQUA

— Em 1 alude à comemoração do 39.º aniversário do Conselho Penitenciário, comentando, a seguir, telegrama que recebeu da Associação Comercial de Cachoeiro do Itapemirim. (DCN — 2-12-54).

— Em 15 associa-se às manifestações de regozijo de seu colega Domingos Velasco, pela inauguração da Refinaria de Mangueiras, falando, logo em seguida, sobre o problema da broca do café e manifestando pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Luiz Furtado. (DCN. 16-12-54).

BANDEIRA DE MELLO

— Em 3 ocupa-se de problemas econômicos da região amazônica. (DCN. 4-12-54).

— Em 10 lê e comenta telegrama que recebeu da Associação Rural de Manaus. (DCN. 11-12-54).

— Em 13 focaliza problemas da população amazônica, em face do custo da vida. (DCN. 14-12-54).

CARLOS LINDEMBERG

— Em 3 esclarece a posição do Governo do Estado do Espírito Santo e mrelação à especulação no mercado do cimento em Cachoeiro do Itapemirim, apontada pelo Senador Atílio Vivacqua. (DCN. 4-12-54).

— Em 7 encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 74-54 (reestruturação cargos de Tesoureiro, etc.). (DCN. 8-12-54).

CICERO DE VASCONCELOS

— Em 7 refere-se ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, a realizar-se nesta Capital, tratando, também, do estado de saúde de S.S. o Papa Pio XII. (DCN. 8-12-54).

DARIO CARDOSO

— Em 2 ocupa-se das irregularidades havidas no pleito de 3 de outubro. (DCN. 3-12-54).

— Em 6-12-54 (na discussão da Ata), pede a republicação de discurso que proferiu em 30-11-54, por ter saído com incorreções. (DCN. 7-12-54).

— Em 7 faz declaração de voto a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 74-54 (reestruturação cargos de Tesoureiro, etc.). (DCN. — 8-12-54).

— Em 10 manifesta sua solidariedade aos festejos comemorativos da Semana da Marinha. (DCN. — 11-12-54).

— Em 10 (noturna) faz declaração de voto a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 320-50, que extingue o instituto da enfiteuse. (DCN. — 11-12-54).

— Em 23 encaminha a votação do Requerimento que pede o reexame, pela Comissão de Justiça, do Projeto de Lei que dispõe sobre o salário mínimo dos médicos. Na mesma sessão, comenta entrevista do Ministro Nelson Hungria, a um mabutinista local, a respeito do Estado de Goiás. (DCN. 24-12-54).

DOMINGOS VELASCO

— Em 10 comenta recente discurso do presidente da Petrobrás, referindo-se à política petrolífera brasileira. (DCN. 11-12-54).

— Em 10 (noturna) encaminha a votação ainda do mesmo Projeto de Lei da Câmara n.º 320-50. (DCN. 11-12-54).

— Em 13 encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 326-50, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Território do Rio Branco. (DCN. 14-12-54).

— Em 13 encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 320-50 (extingue o instituto da enfiteuse ou emprazamento). (DCN. 11-12-54).

— Em 10 (noturna) encaminha a votação ainda do mesmo Projeto de Lei da Câmara n.º 320-50. (DCN. 11-12-54).

— Em 13 encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 326-50, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Território do Rio Branco. (DCN. 14-12-54).

— Em 15 congratula-se com os nacionalistas, pela inauguração da Re-

finaria de Mangueiras. (DCN. — 16-12-54).

— Em 24 encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 263 de 1953, que cria, no Exército, o Quadro de Auxiliares de Administração. (DCN. 25-12-54).

— Em 28 trata da questão do Nacionalismo nos países subdesenvolvidos. (DCN. 29-12-54).

— Em 31, refere-se ao projeto apresentado na hora do expediente sobre a reestruturação dos serviços do Senado. (DCN. 1-1-55).

DURVAL CRUZ

— Em 13 emite parecer verbal, em nome da Comissão de Finanças, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 28-54 (abertura de crédito). (DCN. 14-12-54).

EUCLYDES VIEIRA

— Em 15 emite parecer verbal, em nome da Comissão de Finanças, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 132-54, que abre crédito para pagamento de diaristas do Ministério do Trabalho. (DCN. 16-12-54).

— Em 27 ocupa-se do Projeto de Lei que dispõe sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas. (DCN. 28-12-54) (Rep em 20-12-54).

EZECHIS DA ROCHA

— Em 30 comenta artigo publicado pelo "O Globo" sobre a entrevista concedida pelo Gen. Canrobert Pereira da Costa a respeito da questão sucessória e a situação política do país. (DCN. 31-12-54).

FERREIRA DE SOUZA

— Em 10 (noturna) faz declaração de voto a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 320-50, que extingue o instituto da enfiteuse. (DCN. 11-12-54).

— Em 13 fala, ainda, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 320-50. (DCN. 14-12-54).

— Em 15 emite parecer verbal, em nome da Comissão de Finanças, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 231-54, que regula a contribuição devida ao IAPETC. (DCN. 16-12-54).

FLAVIO GUIMARÃES

— Em 3 trata das verbas orçamentárias destinadas à educação. (DCN. 4-12-54).

— Em 7 emite parecer verbal, em nome da Comissão de Justiça, a respeito do Projeto de Lei da Câmara número 74-54 (reestruturação cargos de Tesoureiro, etc.). (DCN. 8-12-54).

— Em 10 emite parecer verbal, em nome da Comissão de Justiça, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 320-50 (extingue o instituto da enfiteuse ou emprazamento). (DCN. 11-12-54).

— Em 23 encaminha a votação do Requerimento que pede o reexame, pela Comissão de Justiça, do Projeto que dispõe sobre o salário mínimo dos médicos. (DCN. 24-12-54).

— Em 24 apualde a política econômica do Sr. Ministro da Fazenda. (DCN. 25-12-54).

GOMES DE OLIVEIRA

— Em 2 faz considerações sobre o aumento de salários em face da inflação. (DCN. 4-12-54).

— Em 7 faz declaração de voto a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 74-54 (reestruturação cargos de Tesoureiro, etc.). (DCN. 8-12-54).

— Em 21 refere-se ao pedido de intervenção federal no Estado do Amazonas, destacando, também, a importância da ferrovia Blumenau-Itajaí, recém-inaugurada. (DCN. 22-12-54).

— Em 24 encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 268-54, que cria, no Exército, o Quadro de Au-

xiliares de Administração. (DCN. 25 de dezembro de 1954).

— Em 29 encaminha a votação do Projeto de Lei do Senado n.º 39-54, que cria o Museu da Abolição, com sede na cidade de Recife. (DCN. 30 de dezembro de 1954).

— Em 31 faz uma saudação ao povo brasileiro. (DCN. 1-1-55).

GUILHERME MALAQUIAS

— Em 10 focaliza problemas sanitários do Distrito Federal. (DCN. 11-12 de 1954).

— Em 13 congratula-se com o Sr. Ministro da Guerra pela solução dada por S. Ex.^a à questão do pagamento de etapas devidas aos sargentos. D. C. N. 14-12-54).

— Em 22 justifica pedido de inclusão em ordem do dia do projeto de Lei que dispõe sobre salário mínimo dos médicos que exercem atividade em empresas de caráter privado. (DCN. 24-12-54).

— Em 28 justifica requerimento de sua autoria, que envia à Mesa, solicitando informações à Presidência da República sobre a orientação que pretende seguir no caso da devolução das empresas alemãs. (DCN. 29-12-54).

— Em 29 aplaude ato do Prefeito do Distrito Federal relativo ao comércio de doces. (DCN. 30-12-54).

— Em 30 tece comentários em torno do trabalho que o Sr. João Carlos Vital está desenvolvendo para a reforma das instituições de previdência social no tocante à passagem dos serviços médicos de assistência social para o Ministério da Saúde; na mesma oportunidade, congratula-se com o Prefeito Alim Pedro pelo pagamento dos horistas da Prefeitura. (DCN. 31 de dezembro de 1954).

HAMILTON NOGUEIRA

— Em 1 exalta a personalidade do Sr. Winston Churchill, por ocasião da passagem do seu 80.º aniversário natalício. (DCN. 2-12-54).

— Em 2 fala sobre o aniversário da Rádio Globo e sobre a descortesia do Consulado Norte-Americano em relação aos brasileiros que o procuram para visto em seus passaportes. (D. C. N. 3-12-54).

— Em 23 encaminha a votação do Requerimento que pede o reexame pela Comissão de Justiça, do Projeto de Lei da Câmara n.º 13-54 (salário mínimo dos médicos). (DCN. 24-12-54).

ISMAR DE GOIS

— Em 23 encaminha a votação do Requerimento n.º 645-54, que pede a não realização de sessão na véspera de Nata. (DCN 24-12-54).

— Na mesma sessão, encaminha a votação do Requerimento que pede o reexame, pela Comissão de Justiça, do Projeto de Lei que dispõe sobre o salário mínimo dos médicos. (DCN 24-12-54).

IVO D'AQUINO

— Em 14 Emite parecer verbal, em nome da Comissão de Finanças ao projeto de lei da Câmara n.º 234-54 que dispõe sobre a abertura, pelo Ministério da Fazenda do crédito de Cr\$ 1.350.000,00 para pagamento de diferença dos proventos de inatividade a funcionários aposentados da Secretaria da Câmara dos Deputados. (DCN 15-12-54).

— Em 15 emite parecer verbal, em nome da Comissão de Finanças, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 104-54 (crédito para pagamento de etapas a pessoal do Corpo de Bombeiros). (DCN. 16-12-54).

JOAQUIM PIRES

— Em 6 critica o Sr. Ministro da Fazenda pela falta de pagamento de auxílios e subvenções consignadas em verbas orçamentárias. (DCN 7-12-54).

Em 14 declara as razões do seu voto quanto ao veto presidencial oposto ao projeto de lei que prorroga a vigência do Plano Salte (DCN de 15-12-54).

Em 15 (noturna) congratula-se com a Mesa, em nome do Senado, pela excepcional colaboração prestada à Nação, na presente legislatura. (DCN 16-12-54).

Em 23 ocupa-se da aplicação de verbas do Plano Salte. (DCN de 24-12-54). Na mesma sessão, encaminha a votação do Requerimento que pede o reexame, pela Comissão de Justiça, do Projeto de Lei que dispõe sobre o salário mínimo dos médicos. (DCN. 24-12-54).

Em 24, sobre a Ata, pede a republicação de discurso que pronunciou na véspera, por ter saído com incorreções. (DCN 25-12-54).

Em 29, encaminha a votação do projeto de lei do Senado n.º 39-54, que cria o Museu da Abolição com sede na cidade de Recife (DCN de 30-12-54).

Em 30, em explicação pessoal ape-la para a Mesa no sentido de que seja rapidamente apresentado o Projeto de reestruturação do funcionalismo desta Casa. (DCN 31-12-54).

KERGINALDO CAVALCANTI
Em 7 faz críticas à política econômica do Sr. Ministro da Fazenda (DCN 8-12-54).

Em 14 fala sobre a autonomia do Distrito Federal (DCN 15-12-54).

Em 15 encaminha a votação do Projeto de lei da Câmara n.º 231-54, que regula a contribuição devida ao IAPETEC (DCN. 16-12-54).

Em 30, em explicação pessoal, fala sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 190-54 (crédito para pagamento A.) (DCN 31-12-54).

Em 31 ocupa-se da emancipação política do Distrito Federal (DCN 1-1-55).

MOZART LAGO

Em 1 ocupa-se dos projetos que dispõe sobre a aposentadoria integral para os trabalhadores e sobre a participação nos lucros das empresas. Na mesma sessão, em explicação pessoal, agradece informações que lhe foram antecipadas pelo seu colega Senador Vitorino Freire e que havia pedido à Carteira Imobiliária da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro. (DCN 2-12-54).

Em 2 comenta notícia da criação de Zonas Francas em Portugal e Espanha, destinadas aos produtos brasileiros. Na mesma sessão, fala sobre o Projeto da Lei da Câmara número 74-54 (que reestrutura cargos de Tesoureiro e Ajudante de Tesoureiro) (DCN 3-12-54).

põe sobre a participação do empre-

Em 3 refere-se ao projeto que dis-ma sessão reclama a morosidade com-gado no lucro das empresas. Na mes-que lhe é entregue em Casa o Diário estava em dia com a pauta do Pro-do Congresso, razão pela qual não-rio de Lei do Senado, n.º 51-54,

que autoriza a concessão de adicio-nais a funcionários que menciona. (DCN 4-12-54).

Em 7 congratula-se com a classe médica pela cessação da greve em que a mesma se encontra. Na mesma sessão encaminha a votação do Re-querimento que pede para não ser realizada sessão no dia 8 de dezem-bro. (DCN 8-12-54).

Em 10 manifesta regozijo pelo in-gresso da mulher na carreira diplo-mática, referindo-se, também, à ce-rimônia do lançamento da pedra fun-damental do Museu de Arte Moder-na. (DCN 11-12-54).

Em 16 (noturna) refere-se ao Pro-eto de Reforma Constitucional nú-mero 1-54 (DCN 11-12-54). Na mesma sessão, encaminha a votação do Pro-eto de Lei do Senado n.º 21-53 (es-tende direitos a viúvas de militares (DCN 11-12-54). Ainda na mesma sessão, faz declaração de voto a re-speito do Projeto de Lei do Senado n.º 68-54, que ampara sargentos ins-trutores dos Tiros de Guerra (DCN 11-12-54).

Em 14 fala sobre o projeto que concede autonomia à cidade de Re-cife (DCN 15-12-54).

Em 15 (noturna) focaliza problemas da indústria do cimento. (D.C.N. de 16-12-54).

Em 23 encaminha a votação do Re-querimento que pede o reexame, pela Comissão de Justiça, do Projeto de dos médicos. (D.C.N. de 24-12-954). Lei que dispõe sobre o salário mínimo

Em 24 faz críticas ao Sr. Presidente da República. (D.C.N. de 25-12-954).

Em 27, em explicação pessoal, ocupa-se do Projeto de Lei que dispõe sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas. (D.C.N. de 28-12-954). Na mesma sessão, enca-minha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 268-53, que cria, no Exér-cito, o Quadro de Auxiliares de Admi-nistração. (D.C.N. de 28-12-954).

Em 30 tece comentários em torno de recurso que pretendia interpôr ao Tribunal Superior Eleitoral contra a diplomação dos candidatos a senador, eleitos pelo Distrito Federal. (D.C.N. de 31-12-954).

Em 31, faz declaração de voto ao projeto de lei da Câmara n.º 190-54 que abre o crédito especial de Cr\$ 5.455.960,00 para atender ao paga-mento de subvencão à Panair do Bra-sil. (D.C.N. de 1-1-955).

NESTOR MASSENA

Em 1 refere-se à votação do Proje-to de Reforma Constitucional, argu-mentando que em 2.º turno não, há necessidade da presença de dois ter-ços da totalidade de cada uma das Casas do Congresso. (D.C.N. de 2-12-954).

Em 6 emite parecer verbal, em no-me da Comissão de Serviço Público Civil, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 74-54 (que reestrutura cargos de Tesoureiro e Ajudante de Tesoureiro).

Em 7 continua tratando do mesmo Projeto. (D.C.N. de 8-12-954).

Em 10, em explicação pessoal, co-menta seu ponto de vista a respeito da votação do Projeto de Lei que re-estrutura cargos de Tesoureiro e Aju-dante de Tesoureiro. (D.C.N. de 11-12-954).

Em 16 (noturna) faz declaração de voto a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 320-50, que extingue o instituto da enfiteuse. (D.C.N. de 11-12-954).

Em 21 envia à Mesa discurso a pro-pósito de exposição que entregou ao Sr. Ministro da Justiça a respeito do caso da promoção do 1.º Tenente do Corpo de Bombeiros, Herodoto Pe-reira. (D.C.N. de 22-12-954).

Em 23 externa seu ponto de vista a respeito do Requerimento que pede o reexame da Comissão de Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 13-54 (Salário mínimo dos médi-cos). (D.C.N. de 24-12-954). Na mesma sessão, examina o despacho presidencial que recusou o pedido de intervenção federal no Estado do Amazonas. (D.C.N. de 24-12-954).

Em 30 faz restrições a respeito do editorial publicado pelo O Globo e lido na tribuna pelo Senador Ezequias da Rocha, sobre a entrevista concedi-da pelo General Canrobert Pereira da Costa a respeito da questão suces-sória. (D.C.N. de 31-12-954).

NEVES DA ROCHA

Em 6 faz o estudo do projeto de construção de um porto na Baía de Marau, desenvolvendo, ainda, con-siderações sobre o Plano Rodoviário do Estado da Bahia. (DCN. 7-12-54).

ONOFRE GOMES

Em 15 (noturna) agradece ao Se-nado a aprovação do Projeto de Lei que cria a Faculdade de Engenharia da Ceará. (DCN. 16-12-54).

Em 22 ocupa-se do Projeto de Lei da Câmara n.º 268-53, que cria o Quadro de Auxiliares de Administra-ção, em substituição ao atual Quadro de Oficiais Auxiliares. (DCN. 23 de dezembro de 1954).

Em 24 encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 268-53, que cria, no Exército, o Quadro de Auxiliares de Administração. (DCN. 25-12-54).

Em 27 trata ainda do Projeto de Lei da Câmara n.º 268-53. (DCN. 28 de dezembro de 1954).

OTHON MADER

Em 7 faz declaração de voto a re-speito do Projeto de Lei da Câmara n.º 74-54 (reestrutura cargos de Te-soureiro, etc.). (DCN. 8-12-54).

PINTO ALEIXO

Em 7 encaminha a votação do Re-querimento n.º 624-54, que pede inser-ção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz de Oliveira Barreto Filho, parlamentar baiano. (DCN. 8-12-54).

Em 14 fala sobre o projeto que con-cede autonomia à cidade de Recife (DCN. 15-12-54).

PLINIO POMPEU

Em 2 emite parecer verbal, em no-me da Comissão de Finanças, a re-speito do Projeto de Lei da Câmara n.º 75-54 (qu. reajusta os cargos de Tesoureiro e Ajudante de Tesou-reiro) (DCN. 3-12-54).

Em 6 emite ainda parecer verbal, em nome da Comissão de Finanças, sobre o mesmo Projeto. (DCN. 7 de dezembro de 1954).

Em 7 faz declaração de voto a re-speito, ainda, do referido Projeto. (DCN. 8-12-54).

RUY CARNEIRO

Em 27 encaminha a votação do Requerimento n.º 649-54, de sua au-toria, solicitando sejam prestadas homenagens à memória do ilustre paraibano Dr. Otacilio de Albuquer-que. (DCN. 28-12-54).

Em 31, faz declaração de voto ao projeto de lei da Câmara n.º 190-54, que abre pelo Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$ 5.455.960,00 para atender ao paga-mento de subvencão à Panair do Brasil. (DCN. 1-1-55). Na mesma sessão congratula-se com o Senado pela eleição do Sr. Assis Chateaubriand para membro da Academia Brasileira de Letras (DCN. 1-1-55).

SILVIO CURVO

Em 10 manifesta pesar pelo fale-cimento do General Constantino Des-champs Cavalcanti. (DCN — 11 de Dezembro de 1954).

Em 14 faz referências elogiosas à administração do Governador do Estado de Mato Grosso. (DCN — 15 de Dezembro de 1954).

VITORINO FREIRE

Em 1 antecipa ao Senador Mo-zart Lago algumas informações que este havia pedido à Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro. (DCN — 2-12-54).

VIVALDO LIMA

Em 22 tece considerações sobre o pedido de intervenção federal no Estado do Amazonas (DCN — 23 de Dezembro de 1954).